

SUBSÍDIO / Consumidor ganha tempo para aderir à modalidade e usufruir do benefício. Caso seja aprovada, a medida deve aquecer mais o mercado, que é crescente

Taxação da energia solar pode ser adiada

» TAÍSA MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou, na última semana, o projeto de lei que prorroga por seis meses o prazo para o subsídio para as pessoas físicas instalarem painéis solares, deixando de pagar às distribuidoras. O consumidor ganha mais tempo para instalação de microgeradores (especialmente em residências) e minigeradores (usinas maiores do que 75 quilowatts (kW) que atendem perfil de médio para grande consumidor). A isenção, que é reduzida de maneira gradual, vai até 2045.

A proposta é criticada pelas distribuidoras, que deixam de arrecadar e alegam que se trata de subsídio de custo elevado, que beneficia a população com maior poder aquisitivo. Na Câmara, a aprovação se deu por 260 votos contra 83, o que leva o texto agora para apreciação no Senado Federal. O projeto original era de autoria do deputado Celso Russomanno (Republicanos-SP), mas o texto final foi o substitutivo do relator, deputado Beto Pereira (PSDB-MS). Conforme ele, a isenção engloba as pequenas centrais hidrelétricas com geração de até 30MW no conceito de minigeração, permitindo o usufruto da isenção da taxa de fio (TUSD B).

O projeto modifica o Marco Legal da Geração Distribuída, sancionado em janeiro de 2022 pelo presidente Jair Bolsonaro (PL). A lei previa prazos e compromissos para cada uma das partes, entre eles, o máximo de até 180 dias, contados da data de publicação, para sua integral regulamentação pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e implementação pelas concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. No entanto, a agência reguladora teria se omitido do cumprimento dos prazos, o que justifica a votação da proposta para a correção dos desvios na aplicação da lei.

“O principal benefício é restituir um prazo da lei para permitir que as pessoas possam prototipar os seus projetos e se beneficiar da regra atual. Quando a lei foi aprovada, houve grande preocupação que não virasse a chave do dia para a noite nas regras. Também previa seis meses para a Aneel e as distribuidoras passarem a adotar as novas regras previstas na lei. Mas acontece que a Aneel ainda não regulamentou”, explica o coordenador do Grupo de Trabalho de Geração Distribuída da Absolar, Guilherme Susteras.

Expansão

Segundo cálculos da Aneel, os subsídios devem somar R\$ 5,4 bilhões para os consumidores em 2023. Já quem compra os painéis vê vantagem na redução da conta de energia de R\$ 600 a R\$ 700 para R\$ 90, aproximadamente. O estímulo tem alavancado o mercado.

“Caso seja sancionado, o projeto deve estimular ainda mais o desenvolvimento do mercado de geração própria, exatamente por essa possibilidade de todos os consumidores de terem um prazo adicional para a instalação. Mas eu acho que o ponto-chave aqui é que essa aprovação é necessária por uma questão de justiça. A gente não pode permitir que se descumpra uma lei federal sem que nada aconteça”, defende a vice-presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), Bárbara Rubim.

Suposto benefício

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, que atua como um observatório do setor de energia no país, o projeto é “absurdo”. “Prejudica e muito o consumidor. Esse suposto

Ed Alves/CB/D.A Press



Alteração na legislação recém sancionada gera divergências no setor. Proposta ainda precisa passar pelo Senado

Um mercado aquecido

A energia fotovoltaica é a fonte mais utilizada para micro e minigeração distribuída, e segue em crescimento exponencial no país

910,6 mil
micro e miniusinas

9,9 gigawatts (GW)
de potência instalada (99% do total)

R\$ 6,3 bilhões
em investimentos privados foram registrados no setor, em 20 dias

8,2%
é o crescimento que o montante representa



Fonte: Aneel e Portal Solar

Thiago Fagundes/CB/D.A Press

benefício é o que vem sendo enganosamente propagado”, aponta. “O subsídio que foi dado compensa a integralidade da sua conta de luz. Então, se você produz 30% da sua energia, você compensa 30% da conta de luz inteira, que tem vários custos fixos, como os de geração, mas também de transmissão, distribuição, encargos e tributos. Isso significa que os demais custos continuarão incidindo, mas quem produz a energia não vai pagar por isso. Quem irá pagar serão os outros consumidores”, detalha o presidente.

A queda dos custos de instalação de painéis de geração de

energia solar, alavancada pelo crescimento do setor no mundo todo, combinada com a aprovação do subsídio, fez com que houvesse um crescimento vertiginoso na adesão dos consumidores. O retrato do mês de novembro é um exemplo disso: conforme levantamento da franqueadora Portal Solar, os recursos aplicados nos projetos em residências, comércios, indústrias e propriedades rurais — ou seja, de micro e minigeração — tiveram um crescimento de R\$ 76,6 bilhões, registrados até o final de outubro, para R\$ 82,9 bilhões na metade de novembro. O salto na

expansão corresponde a 8,2% em cerca de 20 dias.

Por conta desses fatores, para Sales, o aumento do prazo tem, ainda, um intuito mercadológico. “Alguns empresários, investidores ou empreendedores veem a chance de ter um retorno extraordinário. E estão lutando com todas as forças que têm, do meu ponto de vista, de uma maneira perversa com relação ao consumidor e a sociedade brasileira para manter e até expandir o retorno que ele consegue ter nesse tipo de investimento, que deixa uma conta gigante para os consumidores”, afirma.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Gente birrenta

Se a política econômica do novo governo ainda não é sabida, só pode ser bullying o pessoal do mercado financeiro ir ao noticiário acusar, como jograis, a “política desenvolvimentista fracassada”, que “o PT não aprendeu nada” com o fracasso da Dilma, e outras frases de efeito. Isso é birra de gente mal-acostumada. E jogada ensaiada.

Ausentes da imprensa desde 2016, de repente surgem notícias de que a nota de risco de crédito do país pode ser rebaixada pelas agências de rating devido à PEC da Transição. Quer dizer que estava tudo ok até a eleição de Lula? O disparate até virou meme no Twitter: “Oi, sumida!”

A PEC, aprovada no Senado e tramitando na Câmara, eleva o teto de gastos da Lei Orçamentária para 2023 em R\$ 145 bilhões e libera R\$ 23 bilhões para investimentos com receitas extraordinárias.

O meme faz sentido, pois agências como Standard & Poor’s e Moody’s não foram vistas alertando os fiscais do saldo fiscal e da dívida pública quando a dupla Bolsonaro e Guedes furou o teto nos últimos quatro anos em R\$ 795 bilhões, deu beijo nos precatórios, lançou a PEC da compra de votos (que elevou para R\$ 600 até dezembro o bônus do Auxílio Brasil, codinome do Bolsa Família), reduziu o preço dos combustíveis tungando o ICMS dos estados e municípios etc.

Uma economista do mercado mostrou inquietação com o superávit da LOA de 2022 virar déficit acima de 2% do PIB em 2023 por causa da PEC do Lula. Inocência? O superávit veio do represamento de despesas obrigatórias e, sobretudo, do efeito da inflação sobre a arrecadação tributária. O último que recorreu a pedaladas contábeis foi impichado. Faltou-lhe PGR, MPE, mercado e imprensa distraídos.

As contas do governo colapsaram em dezembro, afetando aposentadorias do INSS, universidades federais estão sem caixa, a PF adiou a emissão de passaportes, falta orçamento para vacinas, diligências policiais na Amazônia etc. A PEC será aprovada, seja lá em qual tamanho, em primeiro lugar para evitar o shutdown federal como agora. Em segundo, para termos governo e parlamento operantes e sociedade minimamente estável.

Os gastos com transferência de renda pelo Bolsa Família e com algumas obras de infraestrutura não formam um plano econômico. É só o básico, apesar da crítica dos ortodoxos na economia. Esse plano virá depois da posse, com sintonia entre as pastas da economia, das quais só Fernando Haddad, na Fazenda, foi anunciado. Quanto mais defensivo e reativo for o novo plano, menores os seus resultados.

Renda básica transformadora

Um plano inovador, por exemplo, buscaria transformar o que é considerado como gasto na veia, o Bolsa Família, em plataforma de renovação industrial, que tem possibilidade de ser ainda mais significativa com outro projeto, sem envolver recursos públicos, que trata do perdão e renegociação das dívidas das famílias. O programa já foi apresentado ao novo governo e tem a simpatia dos bancos.

Os inadimplentes negativados são da ordem de 67 milhões de brasileiros, 42% da população adulta. Ao contrário da percepção corrente, água, luz, telefonia e gás representam 29% das dívidas inadimplidas, quase tanto quanto com bancos e cartões. Mais de 71% do total das dívidas pessoais não é com bancos e cartões, são com prestadoras de serviços essenciais de fluxo contínuo, tipo água e luz.

O que dizem tais números? Que milhões estão, na prática, excluídos da economia monetária. A dívida negativada das pessoas com bancos e cartões é de cerca de R\$ 99 bilhões, 3,5% da carteira total de crédito da pessoa física, cujo estoque chegava a R\$ 2,8 trilhões em abril último. Já a dívida não bancária (contas de luz, água, crediário de lojas etc.) passava de R\$ 205 bilhões na mesma data.

Crédito reativado e bônus básico garantido por pelo menos dois anos, o prazo da PEC, formam uma massa de renda disponível a ser consumida com os chamados bens de salário (comida, sapato, móveis, eletrônicos) capazes de pôr no limite o nível da produção e atrair investimentos de expansão, se acoplados a uma macroeconomia convincente, que também contemple a exportação, com resultado fiscal gerenciável, inflação estável, juros permissíveis, contas externas em ordem. Essa é a agenda que importa, não a fiscalista do mercado.

O poder dos planos criativos

Política industrial é condição essencial para o desenvolvimento sustentado e ponto de partida para o dinamismo das atividades de serviços, que são maiores empregadores em toda economia bem-sucedida. Mas no Brasil, segundo o economista Felipe Augusto Machado, “enfrentamos a maior desindustrialização precoce do mundo, a produtividade relativa está menor e nossa complexidade econômica segue declinando”. Tratá-la com prioridade é compromisso do presidente eleito.

Foi por isso que Lula recriará o Ministério do Desenvolvimento, envolvendo indústrias, serviços e comércio, com o BNDES e a promoção comercial externa na mesma estrutura. Tanto quanto na Fazenda, planos criativos farão a diferença.

Pegue-se a reforma tributária, peça necessária para revitalizar a indústria e o dinamismo econômico dos anos 1930 a 1980, quando fomos o terceiro país com maior taxa de crescimento da renda per capita no mundo. O motor de impulso era indústria e infraestrutura, não a exportação de grãos, que emprega pouco, a carga tributária é baixa (sete vezes menor que a da indústria de transformação) e a difusão econômica é limitada. Reforma tributária por si não é suficiente, sobretudo se não incluir todos os setores e não só aqueles em que a oneração é fácil, como a indústria, o comércio e os assalariados em geral.

A modernização tributária, com a economia e as pessoas no mundo digital, não pode ser analógica. A mudança começa pela integração dos cadastros de CPF e de CNPJ, o que já é possível, passa pela cobrança do tributo no ato da transação, com débitos simultâneos e eventual compensação também em tempo real, e conclui com a eliminação das cédulas de R\$ 200, para dificultar a sonegação. Índia fez isso, concomitante à introdução do IVA, com sucesso; na Estônia é assim.

O que precisa ser considerado, e caberá ao governo Lula fazê-lo se tiver a compreensão, é que o mundo mudou e não só pela tecnologia. Nas democracias, e os EUA são o maior exemplo, e nas autocracias, como China, não há margem para erros econômicos nem omissões políticas.

Este ano saiu uma bateria de livros nos EUA e na Europa de autores alinhados ao conceito do livre mercado, mas dizendo que o neoliberalismo se excedeu e é terminal. Falta coesão sobre o que o substituirá. Supõe-se que será uma versão moderna da gestão macroeconômica keynesiana com o estado de bem-estar social-democrata. A reabilitação das instituições keynesianas já é a maior bandeira da nova direita não trumpista. A opção será o fascismo, segundo seus textos.

Dias atrás, num discurso dirigido a seu Partido Republicano, o senador Marco Rubio, da Flórida, expoente do conservadorismo americano, declarou que o futuro da agenda “não está com os mercados livres, está com a classe trabalhadora”.

A motivação talvez esteja na nota enviada aos clientes na sexta-feira pelo inglês Paul Donovan, economista-chefe do UBS: “A quarta revolução industrial mudará a sociedade. A mudança estrutural tende a aumentar a desigualdade. Isso naturalmente encoraja a economia do bode expiatório (culpar os outros por seu declínio relativo) e a política preconceituosa. O preconceito é economicamente destrutivo. Essas tendências não devem ser ignoradas”.

Bolsonaro foi aqui a sequele dessas tendências globais. Como diz Donovan, “as redes sociais estão mudando a política”. A ideologia econômica libertária a la Friedman e Hayek, como defende parte do mercado financeiro no Brasil, em crescente desacordo com as casas bancárias nos EUA, está em baixa, a quem ignorar a sorte das pessoas comuns. Esse é o desafio de Lula: atender a quem o elegeram sem fraturar o consenso obsoleto do mercado financeiro. Inovar e negociar outro consenso empresarial é o caminho de menor risco. Começa com visão.